Governando a Catástrofe Climática: Diplomacia Fiscal, Responsabilização Corporativa e Imperialismo Energético na Era do Clima Extremo

Manejo de la catástrofe climática: diplomacia fiscal, responsabilidad corporativa e imperialismo energético en la era del clima extremo

Governing the Climate Catastrophe: Tax Diplomacy, Corporate Accountability, and Energy Imperialism in the Age of Extreme Weather

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo: Neste informe, no Panorama Político-Econômico, analisamos três grandes acontecimentos: a quinta rodada de negociações da Convenção Fiscal da ONU, onde tensões entre o Sul Global e países da OCDE sobre mecanismos de resolução de disputas, cláusulas de opcionalidade e relações entre tratados revelam a persistente luta por um sistema fiscal internacional justo; a expansão da litigação climática, destacada pela ação judicial de agricultores ugandenses contra o East African Crude Oil Pipeline (EACOP), que estabelece precedentes de responsabilização corporativa transnacional, além da emergente fronteira de litígios voltada para data centers devido aos seus intensivos impactos ambientais; e o entrincheiramento geopolítico dos combustíveis fósseis sob o Super El Niño, onde o poder imperial dos EUA perpetua a dependência e mina transições justas, como exemplificado pelo caso colombiano. Na seção Saúde, abordamos a crise de insegurança alimentar na África — onde 309 milhões de pessoas enfrentam fome, superando a Ásia pela primeira vez — juntamente com o surto de Ebola na República Democrática do Congo, o precário bem-estar dos profissionais de saúde e as negociações estagnadas do Acordo Pandêmico, particularmente o mecanismo de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS), cujos atrasos arriscam permitir que o bilateralismo ao estilo estadunidense se torne a nova norma na governança pandêmica.

Palavras-chave: Convenção Fiscal da ONU. Litigação Climática. Insegurança Alimentar. Acordo Pandêmico.

Resumen: *En este informe, en la sección «Panorama político-económico», analizamos tres acontecimientos importantes: la quinta ronda de negociaciones de la Convención Fiscal de la ONU, donde las tensiones entre el Sur Global y los países de la OCDE sobre los mecanismos de resolución de controversias, las cláusulas de opcionalidad y las relaciones entre tratados revelan la lucha persistente por un sistema fiscal internacional justo; la expansión de los litigios climáticos, destacada por la demanda judicial de agricultores ugandeses contra el Oleoducto de Crudo del África Oriental (EACOP), que sienta precedentes en materia de rendición de cuentas corporativa transnacional, además del nuevo ámbito de litigios centrado en los centros de datos debido a sus intensos impactos ambientales; y el afianzamiento geopolítico de los combustibles fósiles en el contexto del Super El Niño, donde el poder imperial de EE. UU. perpetúa la dependencia y socava las transiciones justas, como lo ilustra el caso colombiano. En la sección de Salud, abordamos la crisis de inseguridad alimentaria en África —donde 309 millones de personas padecen hambre, superando a Asia por primera vez— junto con el brote de ébola en la República Democrática del Congo, el precario bienestar de los profesionales de la salud y las*

negociaciones estancadas del Acuerdo sobre Pandemias, en particular el mecanismo de Acceso a los Patógenos y Distribución de Beneficios (PABS), cuyos retrasos corren el riesgo de permitir que el bilateralismo al estilo estadounidense se convierta en la nueva norma en la gobernanza de las pandemias.

Palabras clave: *Convención Fiscal de la ONU. Litigios climáticos. Inseguridad alimentaria. Acuerdo sobre Pandemias.*

Abstract: *In this report, in the Political-Economic Overview, we analyze three major developments: the fifth round of the UN Tax Convention negotiations, where tensions between the Global South and OECD countries over dispute resolution mechanisms, optionality clauses, and treaty relationships reveal the persistent struggle for a just international tax system; the expansion of climate litigation, highlighted by the Ugandan farmers' lawsuit against the East African Crude Oil Pipeline (EACOP), which establishes precedents for transnational corporate accountability, alongside the emerging litigation frontier targeting data centers due to their intensive environmental impacts; and the geopolitical entrenchment of fossil fuels under Super El Niño, where U.S. imperial power perpetuates dependency and undermines just transitions, as exemplified by the Colombian case. In the Health section, we address the food insecurity crisis in Africa — where 309 million people face hunger, surpassing Asia for the first time — alongside the escalating Ebola outbreak in the Democratic Republic of Congo, the precarious wellbeing of healthcare professionals, and the stalled Pandemic Agreement negotiations, particularly the Access to Pathogens and Benefit-Sharing (PABS) mechanism, whose delays risk allowing US-style bilateralism to become the new norm in pandemic governance.*

Keywords: *UN Tax Convention. Climate Litigation. Food Insecurity. Pandemic Agreement.*

Panorama Político — Econômico

No Panorama Político-Econômico, nos focamos nos 3 acontecimentos de maior relevância da quinzena: a quinta rodada da *UN Tax Convention*, os avanços da litigação climática e a luta contra combustíveis fósseis — dado a urgência imposta pelo *Super El Niño.*

Sem dúvida, o principal evento da quinzena foi a quinta rodada de negociações da *UN Tax Convention Negotiations*, concluída no dia 14 de agosto após duas semanas de negociações. *A Tax Justice Network* vem publicando resumos muito completos sobre as negociações:

"O último dia da 5ª sessão das negociações da convenção fiscal da ONU em Nova Iorque concluiu as discussões sobre o protocolo de resolução de disputas fiscais. Delegados debateram como as disputas devem ser tratadas quando nenhum tratado fiscal se aplica, quais mecanismos os países devem aceitar e como o novo protocolo deve interagir com acordos existentes. Sobre disputas onde nenhum instrumento fiscal se aplica, Brasil e Grupo Africano questionaram se consultas não vinculativas que não podem se afastar da legislação interna poderiam resolver de forma significativa a dupla tributação ou a dupla não tributação, enquanto consomem recursos administrativos escassos. Nigéria questionou como os países poderiam chegar a um acordo sem uma base jurídica comum, enquanto Argélia observou que os países atualmente não podem optar por não participar. Países Baixos, Singapura e Itália defenderam o mecanismo como útil para países com redes limitadas de tratados. Lesoto destacou casos em que não residentes enfrentam retenção na fonte, mas não recebem qualquer alívio no seu país de residência, deixando países sem tratados sem uma via formal para resolver a dupla tributação resultante.

O Colíder da Jamaica argumentou que o mecanismo poderia preencher lacunas onde os tratados existentes carecem de uma cláusula completa de procedimento amigável (MAP). A opcionalidade permaneceu uma linha de fratura central. Os Colíderes favoreceram tornar pelo menos um mecanismo de prevenção de disputas e um mecanismo de resolução de disputas obrigatórios. O Grupo Africano opôs-se a tornar qualquer mecanismo de prevenção obrigatório, mas apoiou o procedimento amigável (MAP) como o único núcleo obrigatório do protocolo, argumentando que um protocolo de resolução de disputas que permitisse aos países optar por não participar do MAP perderia a sua relevância. Outra divisão dizia respeito à relação do protocolo com os tratados existentes. Muitos países da OCDE, juntamente com os EAU e a China, apoiaram a Alternativa A: os mecanismos existentes seriam substituídos apenas onde os países optassem conjuntamente por aderir. O Grupo Africano apoiou a Alternativa B: o protocolo substituiria mecanismos existentes semelhantes por padrão, a menos que os países concordassem de outra forma. O Grupo Africano argumentou que a substituição por padrão é importante porque muitas disposições existentes de tratados refletem desequilíbrios históricos no poder de negociação, que um novo protocolo multilateral deveria ser capaz de corrigir sem exigir que os países afirmem a mudança bilateralmente. Gana vinculou isso ao impulso do Grupo Africano para que o MAP seja um mecanismo central não passível de reserva. Uma terceira abordagem surgiu. Espanha questionou se qualquer uma das alternativas era necessária, argumentando que os mecanismos existentes e os novos poderiam coexistir. Rússia favoreceu igualmente a coexistência com acordos caso a caso, enquanto Índia sugeriu mecanismos paralelos com base nas preferências das partes, mas alertou contra a criação de oportunidades para os contribuintes escolherem estrategicamente entre fóruns.

A sessão encerra após duas semanas de negociações ao longo da Convenção-Quadro e dos seus dois protocolos iniciais."

A *Global Alliance for Tax Justice* também publicou uma série de notas em formato de jornal durante a rodada, focada principalmente no papel da sociedade civil, fazendo um balanço e destacando que, embora o processo esteja avançando rapidamente num fórum com igualdade de vozes entre todos os países, persistem dúvidas sobre se a direção é a correta. As discussões políticas e jurídicas foram finalmente aprofundadas, com muitos países apoiando reformas ambiciosas contra uma minoria que prefere o status quo, mas ainda há muito a acrescentar em artigos críticos. Por exemplo, no Protocolo 2 (sobre resolução de disputas), há linguagem como "os contribuintes podem", o que preocupa a sociedade civil por colocar empresas multinacionais como titulares de direitos e administrações fiscais como prestadoras de serviços, o que foge à abordagem típica da ONU baseada em compromissos entre Estados. Sobre o financiamento (Artigo 18), a sociedade civil defende um Mecanismo Financeiro obrigatório e com contribuições regulares, rejeitando a escolha discricionária de projetos pelos Estados, e alerta para a distribuição desigual de recursos entre os três fluxos de trabalho (Fluxo III com 4 funções formais, Fluxo I com 1 e Fluxo II com nenhuma).

"SÓ TEMOS UM ANO PARA SALVAR O MUNDO (FISCAL)!"

Que INC5 intenso nós vivemos! Apesar do cansaço, tão intenso quanto os dias de negociações que passaram, o Tax Chronicle não poderia deixar seus queridos leitores sem olhar para trás e fazer um balanço das últimas duas semanas. Uma coisa é certa, em primeiro lugar: este processo, pela primeira vez num fórum onde todos os países têm voz igual, está avançando, e está avançando rápido! A questão agora é se está avançando suficientemente na direção certa? Em relação à Convenção-Quadro, as negociações sobre o zero draft finalmente

permitiram uma discussão política e jurídica há muito esperada. Vemos um grande número de países que estão claramente a favor de uma reforma real do sistema, enquanto alguns prefeririam permanecer num status quo fiscal custoso e injusto, por sua própria conta e risco. Enquanto sociedade civil, ficamos satisfeitos por testemunhar discussões reais na sala, e até mesmo ambição em alguns artigos-chave. Ainda assim, há muito trabalho a ser feito (e substância a ser adicionada em questões críticas) para construir uma Convenção-Quadro capaz de gerar um sistema fiscal internacional justo, eficiente, inclusivo e transparente para o desenvolvimento sustentável (ver Chronicle #68 para o nosso resumo da primeira semana).

NÓS CONTESTAMOS!

O Protocolo 2 está ainda no nível do 1º projeto, mas já percebemos que está seguindo numa direção preocupante. As palavras "os contribuintes podem" sugerem uma abordagem onde as corporações multinacionais são colocadas no papel de titulares de direitos, e as administrações fiscais são obrigadas a servi-las. Esta não é a abordagem típica da ONU, onde é mais comum que os Estados-Membros definam seus compromissos e prestem contas entre si, mas não definam direitos para as corporações. Acreditamos que mecanismos de prevenção de disputas podem ser introduzidos sem inventar "mecanismos iniciados pelos contribuintes"! Quanto aos protocolos, o que podemos dizer, exceto que estas duas semanas não nos permitiram sair de alguma... confusão é provavelmente a palavra mais adequada. Negociar três acordos vinculativos ao mesmo tempo sempre seria complicado – e instamos vocês, caros delegados, a construir estes instrumentos sobre uma base sólida (a Convenção-Quadro!). Infelizmente, o sinal será cortado para a sociedade civil amanhã, quando as discussões secretas recomeçarem no Zoom. Ainda há tempo para corrigir esta opacidade em prol deste processo, da sua legitimidade e da sua transparência. Antes de Nairóbi (INC6), vocês terão que completar suas submissões por escrito. A sociedade civil encoraja fortemente vocês a reler e se inspirar no seu catálogo de propostas de artigos para a Convenção-Quadro. Convidamos vocês a encontrar nele a inspiração e a coragem para redigir uma Convenção-Quadro ambiciosa, justa, substancial, preparada para o futuro, capaz de cumprir o mandato histórico dado a este comité. Só temos um ano para salvar o mundo (fiscal)!

SEM GASTOS SEM FINANCIAMENTO

Um texto jurídico sem financiamento é apenas palavras no papel. Nós, nesta sala, sabemos disso melhor do que ninguém – somos, afinal, os geeks das finanças!

Direitos, objetivos, compromissos, nada disso se sustenta sem dinheiro por trás. E, no entanto, na semana passada, na discussão sobre o Artigo 18 da Convenção (Recursos Financeiros), ouvimos alguns Estados-Membros resistirem fortemente à ideia de compromissos financeiros obrigatórios para a Convenção.

Esta semana, vimos esses mesmos Estados, nas discussões do Protocolo 2, negociar um texto que é intensivo em recursos por natureza, incluindo a potencial dependência de órgãos subsidiários e prevendo um papel pesado para a ONU na implementação.

Para a sociedade civil, o pedido é claro: queremos que seja estabelecido um Mecanismo Financeiro ao abrigo da Convenção. Um que apoie e forneça recursos para a implementação da Convenção, do seu Secretariado, dos seus mecanismos centrais, órgãos subsidiários e protocolos. A cooperação fiscal internacional não é um esforço pontual, mas um projeto contínuo que exige a construção e manutenção de infraestruturas partilhadas e, portanto, a

Convenção precisará de fontes sustentáveis de financiamento, incluindo contribuições obrigatórias de forma regular. Num aspeto positivo, uma função-chave da Convenção é aumentar as receitas domésticas da grande maioria dos países do mundo, pelo que os governos estão prestes a fazer um excelente investimento!

Mas para ser claro – não devemos aceitar uma Convenção-Quadro sem financiamento garantido, onde os Estados escolhem a dedo quais projetos e protocolos financiar. Isso não é flexibilidade, é uma estratégia condenada a asfixiar o núcleo da Convenção, redirecionando recursos para o pequeno elemento que, num determinado ano, serve as prioridades de um determinado Estado."

Ainda dentro do campo burocrático das mudanças estruturais, acompanhamos diversos desenrolares sobre a litigação climática. Em 7 de julho, um grupo de agricultores ugandenses iniciou uma ação judicial climática contra a *Eacop, o East African Crude Oil Pipeline*, um gigantesco projeto de oleoduto para transportar petróleo bruto extraído no oeste do Uganda até ao porto de Tanga, na Tanzânia, no Oceano Índico. Uma viagem de quase 1.500 km que o tornaria o oleoduto aquecido mais longo do mundo. Durante o seu ciclo de vida, poderá ser responsável por milhões de toneladas de emissões causadoras de alterações climáticas, o que o coloca em total contradição com os objetivos climáticos globais. A Center for International Environmental Law — CIEL definiu o caso como primeiro caso ambiental e climático, destacando como esta é uma disputa climática que está a ligar os pontos entre as causas e as consequências da crise climática — ligando, por primeira vez, espaços opostos do globo, tanto em geografia, quanto em causa e consequência: centro e periferia, zonas de transferência e acúmulo riqueza e zonas de sacrifício.

"Durante anos, o projeto tem estado no centro de controvérsias acérrimas devido ao seu impacto no clima e em ecossistemas críticos e habitats protegidos. Para não mencionar as aproximadamente 100 mil pessoas que se estima já terem sido diretamente afetadas com a expropriação de terras. O resultado foi a campanha internacional Stop Eacop, que exerceu pressão sobre todos os envolvidos, desde realizadores cinematográficos até financiadores, colhendo vários sucessos. Em 2022, a Sace, a agência pública italiana de crédito à exportação, também recuou, sob o impulso de uma campanha realizada em Itália pela ReCommon, Fridays for Future e Laudato Si Movement, em colaboração com a Stop Eacop. Por outro lado, a gigante francesa de petróleo e gás Total Energies (que detém a maioria do projeto) e a gigante chinesa de combustíveis fósseis CNOOC (China National Offshore Oil Corporation) continuam na linha da frente como protagonistas.

A ação judicial climática contra a Eacop por um ambiente saudável

O fato relevante é que os agricultores ugandenses, para o seu caso, recorreram ao High Court do Reino Unido. País onde está registada a empresa à qual pertence o projeto, a Eacop Ltd. O objetivo da ação judicial climática é tentar parar o projeto antes de este entrar em funcionamento. O tempo está a esgotar-se: segundo os promotores, o oleoduto já estaria cerca de 80% concluído. Poderá tornar-se plenamente operacional já em outubro deste ano, com uma capacidade de transporte de 230 mil barris de petróleo por dia. Para o conseguir, o tribunal britânico terá de aplicar as disposições da lei ugandense contra uma empresa constituída no Reino Unido. Segundo os demandantes, a EACOP viola vários direitos protegidos pelo ordenamento jurídico do país, começando pelo direito a um ambiente limpo e saudável, que no Uganda goza de proteção constitucional que foi posteriormente explicitada e intensificada com

a Lei Nacional do Ambiente de 2019. A ação judicial pode, portanto, ser classificada como litígio climático preventivo. Acima de tudo, procura estabelecer o princípio da responsabilidade corporativa transfronteiriça, ou seja, uma responsabilidade das empresas que vai além das fronteiras nacionais e se torna transfronteiriça. “Esta declaração representa uma prova crucial para a responsabilização”, comentou Nathalie Eddy, responsável jurídica e de campanha para o setor do petróleo e gás na CIEL. “As empresas não deveriam poder causar danos ao clima e às comunidades no estrangeiro e considerá-los fora do âmbito da lei.”

O papel do Tribunal de Haia e da indústria dos combustíveis fósseis

Para a apresentação da ação judicial climática contra a Eacop, os agricultores ugandenses recorreram ao famoso escritório de advogados londrino Leigh Day, especializado na área dos direitos humanos e do ambiente. A rede global de advocacy Avaaz também apoiou a iniciativa através de uma campanha de crowdfunding.

Não é a primeira vez que o projeto Eacop é contestado nos tribunais. Mas agora a opinião consultiva emitida no verão de 2025 pelo Tribunal Internacional de Justiça sobre as obrigações dos Estados em relação às alterações climáticas poderá contribuir para fazer a diferença. A esperança é, portanto, que os juízes decidam tomar o mesmo partido.

Em contrapartida, a indústria dos combustíveis fósseis e os seus poderosos aliados remarão contra. A Africa Energy Chamber, um grupo de lobby sediado na África do Sul, atacou a iniciativa, acusando-a de ser uma campanha ideológica que pretende ditar as escolhas energéticas de África a partir do estrangeiro. É o costumeiro drill, baby, drill sob outra roupagem, temperado com o mantra dos combustíveis fósseis como portadores de riqueza e progresso, que incrivelmente resiste mesmo em plena crise climática. E que será necessário continuar a combater, dentro e fora dos tribunais.”

Além das multinacionais inimigas da saúde do sistema terra, os *data centers* também terão seus dias de Corte. O já mencionado litígio climático está colocando os *data centers* na mira pelo seu impacto ambiental e climático e essa tendência é esperada a se fortalecer no futuro.

“Data centers, as “fazendas de informação” semelhantes em tamanho a cidadelas que abrigam as infraestruturas digitais que fazem funcionar a inteligência artificial, estão no centro de controvérsias incandescentes e protestos populares. Acima de tudo, estão na mira os elevadíssimos consumos de solo, água e eletricidade que as caracterizam.

A previsão é que as controvérsias e os protestos possam em breve migrar em massa dos territórios para os tribunais. Pelo menos é o que hipotetiza o relatório “Global trends in climate change litigation 2026 Snapshot report”, publicado no final de junho pelo Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment da London School of Economics. Segundo ele, os data centers são uma das principais áreas emergentes no panorama internacional das causas climáticas.

O mercado empurra, a política aprova: os data centers crescem

Uma das tendências do litígio climático que o relatório destacou em escala global é a sua expansão e inovação. Alimentando-a já hoje e, com toda a probabilidade, cada vez mais no futuro, estão, entre outros, as disputas relativas aos data centers. Com especial referência àquelas que se concentram nas emissões causadoras de alterações climáticas produzidas pelo

seu consumo de energia. A própria Microsoft também admitiu isso, afirmando no seu mais recente relatório de sustentabilidade que o aumento de 25% num ano das suas emissões de CO2 se deve em grande parte à construção de novos data centers.

O crescimento impetuoso da inteligência artificial está à vista de todos. Por um lado, o mercado pressiona por uma expansão rápida e consistente das infraestruturas que a suportam. Por outro lado, a política monta na onda do crescimento: se a revolução ligada à inteligência artificial é, de facto, um dos desafios estratégicos para a competitividade no futuro, os países, com os seus governos, tentam posicionar-se da melhor forma possível para a enfrentar. O que significa aprovações rápidas e em larga escala de novos data centers. É natural, portanto, que as comunidades que tentam resistir à proliferação de fazendas de informática nos seus territórios mais cedo ou mais tarde pensem em recorrer aos tribunais."

O *23.º Briefing de 2026 da Progressive International* mostra o desastre climático — a ruptura climática — que enfrentamos e nos pergunta por que razão a energia limpa não conseguiu deslocar os combustíveis fósseis — e como o poder imperial dos Estados Unidos atua para manter o fluxo de petróleo correndo, possibilitando uma transição ativa e justa.

"A ruptura vai muito para além da Europa. O El Niño está a fortalecer-se rapidamente no Pacífico. A Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos EUA dá-lhe 81% de probabilidade de se tornar "muito forte" — a sua categoria mais alta — entre outubro e dezembro. O Programa Alimentar Mundial estima que este El Niño possa empurrar pelo menos mais 49 milhões de pessoas para a insegurança alimentar aguda até ao final do próximo ano. Os preços dos cereais já estão 6,9% acima do ano passado, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura divulgados hoje.

Não podemos trazer de volta o clima antigo. Mas não estamos indefesos. A humanidade já sabe produzir energia sem queimar carvão, petróleo e gás. A China construiu energia eólica e solar a uma escala sem precedentes. As suas emissões permanecem abaixo do pico atingido no início de 2024, e o carvão forneceu menos de metade da sua eletricidade nos primeiros seis meses deste ano. O Estado definiu metas, direcionou crédito e organizou fábricas, redes e cadeias de abastecimento, investindo 625 mil milhões de dólares em energia limpa em 2024. A intensidade das emissões caiu 12% entre 2020 e 2025, ainda aquém dos 18% planeados. A China construiu a maquinaria da transição; está apenas a começar a usá-la contra a energia fóssil.

Nenhum outro país combina a escala econômica da China com a mesma capacidade de direcionar investimento. Deixado ao mercado, cada nova fonte de energia foi sobreposta às anteriores. O carvão sobreviveu ao petróleo. O petróleo sobreviveu ao gás. As renováveis cresceram juntamente com o consumo de combustíveis fósseis. Em 1865, o economista inglês William Stanley Jevons percebeu que uma maior eficiência poderia reduzir custos, abrir novos usos e aumentar a procura total. Sem uma decisão de fechar minas e poços, a energia limpa barata alimenta nova produção enquanto os combustíveis fósseis continuam a queimar.

O lucro puxa para o outro lado. Quando a guerra EUA-Israel contra o Irão fez disparar os preços do petróleo, oito grandes empresas petrolíferas fizeram 93 mil milhões de dólares em três meses. A BP mais do que duplicou o seu lucro trimestral enquanto recuava no investimento em baixo carbono; a Shell vendeu o seu negócio europeu de renováveis onshore esta semana. O mercado não fecha um campo petrolífero lucrativo porque um painel solar é mais barato. Mantém ambos.

No centro desta ordem, com os seus grupos de porta-aviões e terminais de exportação, estão os Estados Unidos. Produziram mais petróleo em 2025 do que qualquer outro país na história e forneceram mais de um quarto das exportações mundiais de GNL. Mas o poder fóssil americano estende-se muito para além dos seus próprios poços. Em janeiro, forças dos EUA sequestraram o Presidente Nicolás Maduro e Washington assumiu o controle das vendas e receitas de petróleo venezuelanas e redirecionou cargas para refinarias dos EUA. No Golfo, a guerra EUA-Israel contra o Irão fechou efetivamente o Estreito de Ormuz, por onde passa normalmente cerca de um quinto do petróleo e GNL mundiais. A Quinta Frota não conseguiu mantê-lo aberto. Washington arma a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, sanciona o petróleo russo e iraniano, e prende a Europa ao gás americano.

À porta dos Estados Unidos, a Colômbia começou a organizar uma saída. Em abril, 57 governos reuniram-se em Santa Marta, Colômbia — um porto exportador de carvão — para a primeira conferência internacional dedicada a abandonar os combustíveis fósseis, convocada pelo Presidente Gustavo Petro. Comprometeram-se a redigir planos para a eliminação faseada a nível nacional, remover subsídios aos combustíveis fósseis e enfrentar as dívidas que forçam os países mais pobres a continuar a exportar carvão, petróleo e gás.

Dois meses depois, Donald Trump apoiou Abelardo de la Espriella e avisou que a relação da Colômbia com os Estados Unidos dependia da sua vitória nas eleições presidenciais. De la Espriella venceu por 250 mil votos. Hoje toma posse. Ele planeia reativar o fracking e expandir as exportações de carvão; o seu futuro ministro do Ambiente chama a Santa Marta uma "perda absoluta de tempo e dinheiro". No próximo ano, a conferência muda-se para Tuvalu. A Colômbia abriu o caminho. Depois de Washington ter apoiado o homem que promete reverter o rumo, está a preparar-se para recuar.

O clima antigo já foi. Não vai voltar. Mas ainda estamos aqui. Continuaremos a criar filhos, a cultivar alimentos, a construir casas e a encontrar alegria num planeta mais quente e menos estável. A luta é colocar essas esperanças comuns ao alcance de todos. O Império e o Capital trouxeram-nos para o perigo profundo. Não devem ser autorizados a organizar a forma como vivemos através dele."

Saúde

Em Saúde, trazemos um relatório sobre a insegurança alimentar no continente africano — junto da crise de Ebola na RDC, um novo informe sobre o bem estar dos trabalhadores da saúde e notícias sobre o Acordo Pandêmico.

Uma nova reportagem da *Breakthrough News* analisa o novo relatório *State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) report*, mostrando que metade da população africana atualmente sofre com insegurança alimentar. O relatório, que analisa todas as regiões do planeta, mostra progressos sustentados, mas desiguais. Globalmente, 7,8% da população (645 milhões de pessoas) sofreram fome em 2025, uma redução em relação aos 8,1% de 2024 e 8,6% de 2022. Pela primeira vez, África acolhe o maior número de pessoas com fome (309 milhões, ou 20% da sua população), ultrapassando a Ásia (292 milhões, 6%). A insegurança alimentar afeta 25,8% da população mundial (2,1 mil milhões de pessoas), com um declínio constante desde 2020, sendo as zonas rurais e as mulheres desproporcionalmente afetadas. A diversidade alimentar continua inadequada, com apenas 30,8% das crianças e 62,7% das mulheres a consumir uma dieta minimamente diversificada. O progresso na nutrição materno-infantil é demasiado lento, com o atraso de crescimento e o emagrecimento a melhorar apenas

marginalmente, enquanto a anemia nas mulheres está a piorar e a obesidade adulta aumentou de 12,1% (2012) para 16,2% (2024). As disparidades regionais são acentuadas: África está no caminho certo para atingir as metas de atraso de crescimento, mas quase todas as regiões estão a ficar aquém na redução da anemia, e o excesso de peso infantil está a aumentar acentuadamente na Oceânia.

As dietas saudáveis continuam inacessíveis para 2,69 mil milhões de pessoas (32,7% da população mundial) em 2025, uma redução em relação aos 2,97 mil milhões em 2021, mas a acessibilidade está a piorar em África (66,6% não conseguem pagar uma dieta saudável). O custo global de uma dieta saudável subiu para 4,28 dólares PPC em 2025, com o custo mais elevado na América Latina e Caraíbas (4,91 dólares PPC). Os alimentos de origem animal e os vegetais são responsáveis pela maior parte dos custos da dieta, enquanto os alimentos básicos contribuem pouco. Fatores estruturais — incluindo produtividade agrícola, investimento público em I&D, infraestruturas, logística, integração comercial e custos de energia — estão fortemente associados aos custos da dieta. As estratégias eficazes combinam a expansão da oferta (através da produção, comércio e eficiência da cadeia de valor) com reformas estruturais, visando alimentos perecíveis e grupos de alto custo. As atividades pós-porteira representam 70–75% dos preços ao consumidor, pelo que melhorar a eficiência a montante (processamento, logística, grossistas) é fundamental. No entanto, as reformas devem ser específicas ao contexto, evitar prejudicar a sustentabilidade ambiental ou os meios de subsistência rurais, e incluir apoio à transição para grupos vulneráveis, pequenos agricultores, mulheres e jovens, a fim de garantir benefícios inclusivos.

"É a principal avaliação anual da ONU sobre a fome global, preparada conjuntamente todos os anos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa Alimentar Mundial (PAM) e Organização Mundial da Saúde (OMS).

A sua edição de 2026, publicada em 21 de julho, estimou que 645 milhões de pessoas em todo o mundo, correspondendo a 7,8% da população mundial, sofreram fome no ano passado. Embora note que isto representa uma redução em relação aos 8,1% em 2024 e 8,6% em 2022, o relatório destacou "diferenças regionais gritantes".

Os 20% da população de África que enfrentaram fome no ano passado, em comparação com 8% na Oceânia, 6% na Ásia, 4,8% na América Latina e Caraíbas, e menos de 2,5% na Europa e América do Norte.

África tem sido há muito tempo o continente com a maior proporção de fome na sua população. No entanto, a Ásia, cuja população é três vezes superior à de África, tinha anteriormente o maior número absoluto de pessoas com fome."

A mesma região avaliada como o continente com a maior proporção de fome (20% da população) e, pela primeira vez, o maior número absoluto de pessoas com fome (309 milhões), enfrenta também um surto de Ébola que está prestes a se tornar o mais mortal da história, com 4.665 casos e 2.184 mortes confirmadas até 12 de agosto na República Democrática do Congo. Esta dupla crise reflete a fragilidade dos sistemas de saúde, alimentação e governação em muitas partes do continente. A fome enfraquece a população, tornando-a mais vulnerável a doenças, enquanto os surtos sobrecarregam recursos já escassos, desviando fundos que poderiam ser usados para combater a desnutrição. Além disso, a subnotificação de casos de

Ébola (o surto começou em fevereiro, mas só foi declarado três meses depois) espelha as lacunas de monitorização e resposta.

"O surto de Ébola – a caminho de se tornar o mais mortal conhecido no mundo – espalhou-se para uma sexta província na região nordeste da República Democrática do Congo (RDC), na fronteira com a República Centro-Africana (RCA).

Um motociclista de táxi-moto, que tinha viajado de Isiro, capital da vizinha província de Haut-Uélé, morreu na capital da província de Bas-Uélé, Buta, após ter recebido tratamento em vários hospitais. Postumamente, testou positivo para o vírus Bundibugyo que causa o surto atual.

Jean Kaseya, diretor-geral do principal órgão de saúde do continente, os Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC África), afirmou na quinta-feira, 13 de agosto, que este é o primeiro caso conhecido em Bas-Uélé.

A vastidão da província e as suas más infraestruturas de transporte e comunicação representam um desafio para uma resposta sanitária eficaz, complicada ainda mais pela presença de milhares de refugiados que fogem da violência na vizinha República Centro-Africana (RCA).

A violência armada também está a dificultar a resposta das autoridades de saúde nas outras cinco províncias para onde o surto se espalhou, incluindo Kivu do Norte e Kivu do Sul, cujas grandes extensões de terras ricas em minerais estão ocupadas pelo exército ruandês e pela sua frente, o grupo armado M23.

A notícia de que o surto chegou a uma sexta província surgiu apenas um dia depois de Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), ter alertado que o surto está a crescer rapidamente, transformando-se no mais mortal conhecido na história."

Recém-publicado na *The Lancet*, o estudo *"A core outcome set for the wellbeing of healthcare professionals: an international Delphi consensus study"* avalia como bem-estar dos profissionais de saúde está sob pressão a nível global, causando uma rotatividade que prejudica a segurança dos pacientes, a qualidade dos cuidados e a resiliência do sistema. Foi realizado estudo Delphi internacional, eletrônico, modificado segundo a metodologia RAND/UCLA. Os membros do painel foram recrutados internacionalmente entre 7 de maio de 2025 e 26 de julho de 2025, através de convites pessoais, amostragem em cadeia e redes profissionais.

"De 254 constructos candidatos, refinámos 137 constructos únicos para classificação no Delphi. 57 painelistas (100% dos convidados) completaram a ronda 1, 50 (88%) completaram a ronda 2 e 46 (81%) completaram a ronda 3. Os painelistas participaram de 20 países em seis continentes. Trinta constructos preencheram os critérios de inclusão na ronda 1; dois constructos adicionais foram adicionados a partir de sugestões dos painelistas. Após a ronda 2, 62 constructos permaneceram para priorização. A classificação resultou num COS de dez itens, liderado por equilíbrio entre vida profissional e pessoal, satisfação no trabalho e qualidade de vida; outros resultados priorizados incluíram motivação, saúde mental, significado no trabalho, satisfação com o rendimento, cultura de trabalho, crescimento profissional percebido e stress."

Sobre o Acordo Pandêmico, em discussão desde 2021, trazemos também uma publicação da *The Lance*t, o *"PABS and the dangerous temptation of more time"* foi elaborado com base nas recentes colocações do Diretor-Geral da OMS, Tedros, que alertou contra o

adiamento do anexo sobre Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (o famoso *PABS*, que vem gerando impasses desde o início dos diálogos) do Acordo Pandêmico, observando que mais tempo não garante melhores resultados e corre o risco de permitir que o trabalho se expanda sem resolver divergências fundamentais. Após quase cinco anos de negociações, o *PABS* continua sem resolução, com o novo prazo fixado para maio de 2027, na 80ª Assembleia Mundial da Saúde.

O anexo vincularia o compartilhamento de materiais de patógenos e dados de sequências ao acesso equitativo a vacinas, terapêuticas e diagnósticos. As colocações de Tedros são bem recebidas — principalmente após 5 anos — porém, é essencial destacar o papel do PABS para o Sul Global:

"Os países de baixa e média renda querem um compartilhamento de benefícios previsível. O Grupo África dos Estados-Membros da OMS propôs que, durante uma emergência pandêmica, os fabricantes disponibilizem 20% de sua produção em tempo real de vacinas, terapêuticas e diagnósticos à OMS, incluindo pelo menos 10% doados, juntamente com contribuições monetárias anuais para o fortalecimento de capacidades e contratos vinculativos de compartilhamento de benefícios. Diante de cortes recordes na ajuda internacional, essa proposta parece razoável e baseada na simples reciprocidade.

Os fabricantes querem flexibilidade, participação voluntária e incentivos à inovação. Se o PABS se tornar juridicamente complexo ou punitivo demais, as empresas podem participar menos, a pesquisa e o desenvolvimento podem desacelerar e o sistema pode se tornar mais difícil de usar em uma emergência. Mas a COVID-19 mostrou que, embora os mecanismos voluntários possam impulsionar a inovação, eles não garantem acesso equitativo: em novembro de 2023, a cobertura da primeira dose da vacina era de cerca de 80% nos países de alta renda e de 33% nos países de baixa renda.

Se o PABS não definir as regras da reciprocidade, outros arranjos poderão fazê-lo. Em um Comentário nesta edição, Nelson Evaborhene e colegas alertam que o adiamento do PABS pode permitir que arranjos bilaterais sobre o compartilhamento de materiais de patógenos e informações de sequências se tornem as regras operacionais da governança pandêmica. O exemplo mais claro é a mudança dos EUA em direção a acordos bilaterais de saúde sob a Estratégia Global de Saúde "América Primeiro". Mas a política de uma administração não deve ser confundida com uma trajetória global inevitável, nem essa política deve ser permitida para se tornar o modelo padrão para a governança pandêmica.

O bilateralismo não deve obscurecer o valor das regras multilaterais. Em Correspondência nesta edição, Safura Abdool Karim e Tess Johnson destacam que o surto de hantavírus ligado ao navio de cruzeiro Hondius testou os Regulamentos Sanitários Internacionais, que foram emendados em 2024. O surto mostrou que, mesmo sob tensão política, os Regulamentos Sanitários Internacionais forneceram um quadro para entrada em portos, notificação rápida, cooperação em saúde pública e solidariedade. As emendas de 2024 moveram a governança pandêmica em direção ao acesso equitativo a produtos de saúde, e o PABS é o próximo teste dessa equidade.

A tarefa política é concluir o PABS rapidamente, mas na forma mais forte possível. A OMS, as grandes potências, as coalizões de potências médias e os Estados que buscam reciprocidade devem preencher o espaço deixado pela guinada bilateral dos EUA, construindo um sistema em que os países que compartilham materiais e informações de sequências do PABS

sejam participantes, não receptores, e a reciprocidade não fique a critério dos doadores. Os países de alta renda devem usar sua alavancagem sobre os fabricantes, incluindo financiamento público, compras, licenciamento e acesso ao mercado, para concretizar o compartilhamento de benefícios. Concluir o PABS também é importante para implementar a Saúde Única: o compartilhamento equitativo de benefícios pode fortalecer laboratórios locais, capacidade de pesquisa e fabricação regional em cenários de risco de transbordamento. À medida que os dados de sequências de patógenos se tornam cada vez mais importantes para a pesquisa habilitada por IA e a biologia sintética, o compartilhamento equitativo de benefícios se torna essencial. As negociações não devem falhar: mesmo um anexo PABS imperfeito seria preferível a permitir que o bilateralismo ao estilo dos EUA se torne a nova norma na governança pandêmica."